



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Lima Campos
Av. J K, s/n, Centro
CNPJ.: 06.933.543/0001-48
Lima Campos - MA

1

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2020

PARECER JURÍDICO Nº 27040062020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PADRONIZADOS (CARTEIRAS, PORTA CARTÃO, PORTA DOCUMENTOS, AGENDAS, ADESIVO E BANDEIRA), DE INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS-MA

VALOR GLOBAL: R\$ 7.568,00 (sete mil e quinhentos e sessenta e oito reais)

BASE LEGAL Nº Art. 24, II da Lei 8666/93.

Análise Jurídica formal sobre o processo de dispensa de licitação para contratação de pessoa jurídica pra fornecimento de materiais padronizados (carteiras, porta cartão, porta documentos, agendas, adesivo e bandeira), de interesse da Câmara Municipal De Lima Campos-MA, pelo valor global de **R\$ 7.568,00 (sete mil e quinhentos e sessenta e oito reais)** e análise jurídica formal sobre a minuta do contrato.

I – RESUMO

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Lima Campos-MA, através da Presidente, enviou a esta assessoria jurídica o Processo de Dispensa de Licitação nº 07/2020, que tem como objeto a contratação direta com dispensa de licitação de AF BRITO MOREIRA-EPP, CNPJ: 19.522.415/0001-53, para fornecimento de materiais padronizados (carteiras, porta cartão, porta documentos, agendas, adesivo e bandeira), de interesse da Câmara Municipal De Lima Campos-MA, pelo valor global de **R\$ 7.568,00 (sete mil e quinhentos e sessenta e oito reais)**, com fulcro no art. 24, II da Lei 8666/93 para emissão de parecer.



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Lima Campos
Av. J K, s/n, Centro
CNPJ.: 06.933.543/0001-48
Lima Campos - MA

Eis os fatos mais relevantes

II – PARECER

A licitação nos contratos é a regra, porém a Lei 8.666/93 apresenta situações especiais em que poderá haver a dispensa da licitação nas contratações feitas pela Administração Pública.

Como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei.

A respeito do procedimento de dispensa de licitação, este configura-se como uma possibilidade de celebração direta de contrato entre a Administração e o particular, nos casos estabelecidos no art. 24, da Lei 8.666/93.

O art. 24 da Lei 8666/93 enumerou expressamente as hipóteses de dispensa de licitação, sendo este rol taxativo.

Ora o inciso II do referido art. 24 da Lei 8666/93, ampara e justifica a contratação direta por dispensa de licitação, para compras e outros serviços de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior (art. 23), conforme delineado abaixo:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Lima Campos
Av. J K, s/n, Centro
CNPJ.: 06.933.543/0001-48
Lima Campos - MA

3

Ressalta-se ainda, que o Art. 23, I e II, sofreu recente alteração quanto aos respectivos valores através do Decreto nº 9.412, de 2018.

A previsão legal acima mencionada, ampara a contratação pleiteada no processo em epígrafe, posto ter o valor da pretendida contratação, importado em **R\$ 7.568,00 (sete mil e quinhentos e sessenta e oito reais)**.

No tocante a minuta do contrato, este atende ao disposto previsto no art. 55 da Lei 8666/93.

Desta feita, **OPINO**, pela contratação direta com dispensa de licitação de AF BRITO MOREIRA-EPP, CNPJ: 19.522.415/0001-53, para fornecimento de materiais padronizados (carteiras, porta cartão, porta documentos, agendas, adesivo e bandeira), de interesse da Câmara Municipal De Lima Campos-MA, pelo valor global de **R\$ 7.568,00 (sete mil e quinhentos e sessenta e oito reais)**, com fulcro no art. 24, II da Lei 8666/93.

É O PARECER.

Lima Campos – MA, em 27 de Abril de 2020.

João Batista Bento Siqueira Filho
Assessor Jurídico
OAB/MA 17.216